



PARECER PRÉVIO Nº 14/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11649/2017.

Apenso: Processo nº 11944/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Raimundo Robson de Sá (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP e DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1362/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Robson de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127, CE/89, art. 18 LC nº 06/91 e art. 1º, I da Lei n. 2423/96;

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Novo Aripuanã, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do exercício de 2016, sob responsabilidade do **Sr. Raimundo Robson de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época;

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Abril de 2019.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 14/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 14/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11649/2017.

Apenso: Processo nº 11944/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Raimundo Robson de Sá (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP e DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1362/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Robson de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época, com fulcro no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Raimundo Robson de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Novo Aripuanã no exercício de 2016, no valor total de **R\$ 52.429,20** (cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte centavos), nos moldes descritos abaixo:

10.2.1. no valor de R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados via E-contas, ou seja, de janeiro a dezembro de 2016, **totalizando o valor de R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, I, a, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n.



ACÓRDÃO Nº 14/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

04/2018-TCE/AM, conforme restrição do subitem 3.1 do voto;

10.2.2. no valor de R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por cada bimestre em que houve atraso injustificado na remessa do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, ou seja, do 1º ao 6º bimestre de 2016, **totalizando o valor de R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, b, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme restrições dos subitens 1.1 e 1.3 do voto;

10.2.3. no valor de R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal – RGF relativo ao 1º semestre de 2016, com fulcro no art. 308, I, c, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme análise do subitem 1.4 do voto;

10.2.4. no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, atualizada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes nos subitens 1.5, 2.1 (2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3), 2.2 (2.2.1 e 2.2.2), 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.7, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12 e 3.13 do voto,

10.2.5. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento das multas a ele imputadas à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2.6. Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Novo Aripuanã no exercício de 2016, no valor de total de **R\$ 2.803.652,48** (dois milhões, oitocentos e



ACÓRDÃO Nº 14/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais, e quarenta e oito centavos), com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos moldes descritos abaixo:

10.3.1. no valor de R\$ 1.210.475,06 (um milhão, duzentos e dez mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e seis centavos), em razão da não comprovação da execução física das obras e serviços de engenharia contratados relativos ao Contrato n. 088/2016, conforme análise dos subitens 2.1.4 e 2.1.5 do voto;

10.3.2. no valor de R\$ 260.419,80 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e dezenove reais e oitenta centavos), em razão da não comprovação da execução física das obras e serviços de engenharia contratados relativos ao Contrato n. 089/2016, conforme análise dos subitens 2.2.3 e 2.2.4 do voto;

10.3.3. no valor de R\$ 1.332.757,62 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos), em razão da não comprovação da execução física dos serviços de engenharia contratados relativos ao Contrato n. 057/2016, conforme análise do subitem 2.3 do voto;

10.3.4. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

10.3.5. Comunicar a Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, na apreciação das contas do **Sr. Raimundo Robson de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Novo Aripuanã no exercício de 2016, foi considerado em alcance conforme item 5 da conclusão do voto;

10.4. Recomendar à Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã que se atente às recomendações descritas nos subitens 3.5 e 3.8 do voto.

10.5. Comunicar o Ministério Público do Estado do Amazonas e a Procuradoria Geral do Município de Novo Aripuanã acerca das



ACÓRDÃO Nº 14/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

irregularidades apontadas nos presentes autos, enviando-lhe cópia digital do presente processo, para adoção das medidas que entender cabíveis.

- 11- **Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição